



AS LÍNGUAS EM OPERAÇÕES MILITARES E SEU PAPEL PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

LANGUAGES IN MILITARY OPERATIONS AND THEIR ROLE IN PEACEBUILDING

Alex Sandro Beckhauser¹

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a importância das línguas para os contingentes militares em operações de paz e apresentar alguns casos que apontam para a relevância de uma discussão mais ampliada sobre o papel das línguas como forma de contribuir para a construção da paz em cenários marcados por conflitos. A metodologia é bibliográfica e fundamenta-se em Galtung (1967, 1966), Footitt e Kelly (2012) e Souza Jr (2015). Defendemos que as línguas desempenham um papel importante para o sucesso dessas operações, contribuindo, inclusive, para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, além de garantir eventual acesso à justiça. A promoção e a garantia desses direitos estão ancoradas no 16º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, objetivo este que embasa o presente texto.

Palavras-chave: Paz; Multilinguismo; Operações militares.

Abstract: *This paper aims to discuss the importance of languages for military contingents in peace operations and to present some cases that point to the relevance of a broader discussion on the role of languages as a way of contributing to the construction of peace in scenarios marked by conflicts. The*

¹ E-mail: asbeckhauser@uefs.br.

methodology is bibliographical and is based on Galtung (1967, 1966), Footitt and Kelly (2012) and Souza Jr (2015). We defend that languages play an important role in the success of these operations, even contributing to the promotion of peaceful and inclusive societies, in addition to guaranteeing eventual access to justice. The promotion and guarantee of these rights are anchored in the 16th United Nations Sustainable Development Goal, an objective that underlies this text.

Keywords: Peace; Multilingualism, Military Operations.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios dos direitos humanos é, talvez, encontrar meios que conduzam as sociedades à paz social. Entendemos que sua condução está condicionada à relação de cooperação entre o Estado e a sociedade civil, ambos criando as condições para um desenvolvimento sustentável. Convém ponderar que o primeiro tem poder e autoridade na garantia de acesso aos direitos básicos e justiça equitativa e imparcial em relação ao segundo. Kant (2017), por exemplo, advertira há mais de 200 anos que a paz não é um estado natural, mas é instituída através de um contrato entre os povos. O contrato só encontrará legitimidade com base no direito internacional, que visualiza a independência dos Estados como condição *sine qua non* para a construção de uma paz perpétua.

Entre as múltiplas garantias básicas e universais destacamos o direito das comunidades linguísticas de se beneficiarem dos serviços de tradução e interpretação em contextos cuja língua materna difere da utilizada pelo Estado (OLIVEIRA, 2013). Destarte, este trabalho busca discutir a importância das línguas em operações militares e seu papel para a construção da paz, levando em conta que empreender na aprendizagem e uso das línguas das comunidades atingidas pelo flagelo da guerra é uma das demonstrações de respeito ao direito linguístico.

O presente trabalho se inicia com o desafio de definir o conceito de paz à luz dos pressupostos teóricos de Galtung (1967, 1996). Em seguida, teceremos

algumas reflexões para tratar do compromisso da Organização das Nações Unidas (ONU) com a paz mundial e um dos instrumentos por ela utilizados na busca por tentar resolver conflitos e construir sociedades pacíficas. Finalizaremos este texto mostrando a importância das línguas para as missões de construção da paz e de como os Estados, que enviam contingentes nas operações militares, devem preparar-se linguisticamente a fim de evitar o agravamento das tensões geradas no processo de possíveis soluções para os conflitos².

1 UMA TENTATIVA DE DISCUTIR O CONCEITO DE PAZ

O conceito de paz tem passado por algumas mudanças ao longo do tempo, e o modo como os Estados e especialistas a consideravam até meados do século XX precisou ser ressignificado em face da atual conjuntura geopolítica. Numa tentativa de esclarecer e amplificar o conceito de paz, Johan Galtung (1967) o sistematiza e apresenta distinções entre paz negativa e paz positiva.

Paz negativa, no sentido *stricto*, é “a ausência de violência coletiva organizada” (GALTUNG, 1967, p. 17). Em outras palavras, é pensar em guerra e esquecer outras manifestações de violência. Sob esta perspectiva, a presença da guerra significa a ausência de paz e o inverso também se aplica. O autor esclarece também que esse tipo de violência pode acontecer entre grupos humanos, de maneira particular entre as nações; entre classes e grupos étnicos e raciais em razão da magnitude que uma guerra possa ter.

A paz positiva, por outro lado, abrange questões muito mais amplas no interior da sociedade, provocando uma ruptura com o conceito tradicional de paz. Galtung (1967) elabora, então, dez valores inter-relacionados que ajudariam a entender o conceito de paz positiva: (1) presença de cooperação, (2)

² Por limite de espaço, não nos dedicaremos a esclarecer o conceito de guerra, conflito e violência.

liberdade para o medo, (3) liberdade da vontade, (4) crescimento econômico e desenvolvimento, (5) ausência de exploração, (6) igualdade, (7) justiça, (8) liberdade de ação, (9) pluralismo e (10) dinamismo.

Em um trabalho posterior, Galtung (1996) pretende deixar o menos abstrato possível o conceito de paz positiva, haja vista a dificuldade reconhecida de defini-lo com clareza. Ele apresenta, então, os três modos de agir da paz positiva.

A primeira delas, a paz positiva direta, consiste na bondade, seja ela verbal ou física, que tem implicações para o corpo, a mente e o espírito. Volta-se para a garantia da sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade.

O segundo modo de agir diz respeito à paz positiva estrutural, que substituiria a repressão pela liberdade e a equidade pela exploração com base no diálogo, na integração, solidariedade e participação. O diálogo é a questão central tanto para consigo mesmo quanto para com os outros.

A paz positiva cultural, como o terceiro modo de agir da paz positiva, refere-se à legitimação da paz na ideologia, na língua, na arte, na ciência, nas universidades, nas escolas e nos meios de comunicação. Esse modo estabelece uma linha transversal com este trabalho, colocando no centro do debate as línguas para a construção da paz.

Diante do exposto, podemos considerar que a paz positiva volta-se para a formação de uma sociedade justa e igualitária. Esse modelo de paz implica algum grau de diálogo e cooperação, porém não ausência completa de violência. A superação desta depende, como comentado, da superação do conflito (GALTUNG, 2012). Duas partes conflitantes podem chegar a um acordo momentâneo, mas isso não implica uma paz permanente. Galtung, na mesma entrevista, cita como exemplo um israelense e um palestino, os quais podem cooperar em certos pontos específicos (paz positiva), mas os conflitos subjacentes não serão resolvidos facilmente (paz negativa).

Consoante às afirmações anteriores, Arteaga, Hernández e Chala (2017) afirmam que a concepção de paz positiva está diretamente vinculada aos direitos humanos. Esta maneira de considerar a paz significa colocá-la como requisito necessário para exercer todos os demais direitos e deveres da pessoa humana e cidadania. Não é possível afirmar que uma pessoa ou um grupo ao qual ela pertence está em paz se há injustiça, desonestidade, corrupção em todos os níveis, além, é claro, das manifestações mais indeléveis de violência, como assassinatos, estupro, agressão física e moral, entre outros, que infringem os direitos humanos universais.

A garantia dos direitos, conforme apontado, é condição *sine qua non* para que haja a paz positiva em nível mundial. E “a paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional” (BOBBIO, 2004, p. 7).

A constante preocupação com a justiça, com a paz e com a segurança internacionais tem reformulado as agendas da ONU, visando à construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que ofereçam igualdade de acesso aos direitos humanos fundamentais – incluindo o direito ao desenvolvimento –, além de boa governança e instituições transparentes, eficazes e responsáveis (ONU, 2015). Entre as metas da nova agenda mundial para o desenvolvimento sustentável, destacam-se aquelas relacionadas ao 16º objetivo, que não poupará esforços para a construção de uma paz positiva, redobrando o empenho na busca pela prevenção de conflitos intra e interestatais, além de prestar total apoio aos países em situação de pós-conflito, de modo que consigam elaborar um plano ambicioso de construção da paz (*peacebuilding*).

2 A ONU E O COMPROMISSO COM A PAZ

O compromisso da ONU com a paz internacional é inerente a sua criação, pois nasceu com a intenção de “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Como forma de alcançar tal objetivo, as Nações Unidas criam o Conselho de Segurança (CSNU) que, desde 1945, mantém os mesmos cinco membros permanentes³. No entanto, vários países advogam a necessidade de uma reforma do Conselho com a justificativa de torná-lo mais legítimo e representativo. Ainda hoje, os cinco assentos permanentes⁴ são hegemônicos quanto às decisões de intervenção militar em conflitos armados.

A história nos ensina que a ONU tem ainda um longo desafio em sua agenda na construção da paz e da justiça. De acordo com o informe Brahimi (ONU, 2000), as Nações Unidas não conseguirão concretizar seu objetivo de estabelecer a paz nos próximos anos sem um compromisso renovado dos Estados membros, sem uma mudança significativa e sem um maior apoio financeiro.

Se, por um lado, no início de sua fundação, a Organização estava preocupada em resolver conflitos entre os Estados, por outro lado, após a Guerra Fria, passou a encarar os conflitos intra-estatais como a principal problemática de sua agenda, por meio da criação das missões de paz (BIGATÃO, 2012). A referida autora explica que ações de intervenção dessa magnitude confrontam os pilares das Nações Unidas, além de desafiar os princípios do sistema vestfaliano, ancorados na soberania, independência e não intervenção. Diante do exposto, os conflitos intra-estatais costumam ser um

³ Os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas são: China, Estados Unidos, Rússia, França e Inglaterra.

⁴ O Brasil, juntamente com o Japão, foi o país que mais vezes ocupou um dos assentos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, porém nunca foi membro permanente. Para entender como funciona o poder de voto dos cinco países permanentes, vamos lançar uma hipótese: se o Brasil votasse a favor do envio de tropas em missão de paz, mas qualquer dos membros permanentes votasse contrário, a missão não poderia ocorrer.

retrato de violação dos direitos humanos, o que coloca as Nações Unidas em um dilema: proteger os indivíduos da violação de seus direitos não garantidos pelo próprio Estado ou respeitar a soberania não intervindo nos assuntos internos. Sendo assim, o Conselho de Segurança decide interferir nos assuntos internos em qualquer situação que caracterize uma ameaça à paz e segurança internacionais. Bigatão (2012) infere, dessa maneira, que é o CSNU que dá respaldo jurídico para que a ONU aja em prol da proteção dos indivíduos e na garantia de seus direitos violados.

O ex-secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali (1992), advertira que é o CSNU quem tem liberdade de tomar a ação que for necessária para estabelecer a paz e a segurança internacionais diante de toda a ameaça à paz ou ato de agressão. Ele afirma também que tais medidas só poderão ser usadas se todos os meios pacíficos resultarem fracassados. O ex-secretário considera importante adotar medidas após a resolução de conflitos, a fim de gerar confiança entre as partes. Destacam-se, dentre elas, o desarmamento, o restabelecimento da ordem, a repatriação de refugiados, a observação de eleições, a garantia dos direitos humanos e a reforma ou fortalecimento das instituições governamentais.

Destarte às palavras de Boutros Ghali, o atual secretário-geral da ONU, em pronunciamento de posse, em janeiro de 2017, fez um apelo global para que o mundo se unisse pela paz. Compromete-se, em seu pronunciamento, a renovar e fortalecer a ONU.

Populações civis em vários pontos do globo são destroçadas sob a mais letal violência.(...) Nestas guerras não há vencedores; todos perdem. Gastam-se bilhões de dólares na destruição de sociedades e economias, alimentando ciclos de desconfiança e medo que podem perpetuar-se por gerações. (...) Neste primeiro dia do Ano, peço a todos que partilhem comigo um propósito de Ano Novo: façamos da Paz a nossa prioridade (GUTERRES citado pelo jornal G1)⁵.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-sua-primeira-mensagem-novo-secretario-geral-da-onu-pede-que-paz-seja-prioridade.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2018.

O apelo da ONU, manifestado na presença de Guterres, é essencialmente o mesmo adscrito em sua Carta de 1945. É verdade que o foco tem se ampliado ao longo dos anos, mas o centro das atenções tem sido a paz social. Dessa maneira, podemos observar a retomada da preocupação com a paz na elaboração dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo o 16º deles voltado à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, de modo que estas, como um elemento vital para o desenvolvimento sustentável, proporcionem o acesso à justiça e construam instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3 AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DA ONU

Desde 1948, a ONU e a comunidade internacional têm se empenhado fortemente para gerenciar qualquer atitude que coloque em risco a segurança e a paz internacionais. As mais de 60 operações de paz empreendidas ao longo dessas sete décadas têm disponibilizado um número sem precedentes de policiais, militares e funcionários civis em todo o mundo (GUÉHENNO, 2008).

Além de simplesmente monitorar o cessar-fogo, as operações de manutenção de paz de hoje são chamadas a facilitar o processo político através da promoção do diálogo nacional e da reconciliação, proteger civis, auxiliar no desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, apoiar a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o estado de direito (GUÉHENNO, 2008, p. 7, tradução nossa⁶).

Os pontos levantados pelo autor contemplam um coletivo de ações que ajudam a explicar o papel das Operações de manutenção de paz (*peacekeeping*).

⁶ Beyond simply monitoring cease-fires, today's multi-dimensional peacekeeping operations are called upon to facilitate the political process through the promotion of national dialogue and reconciliation, protect civilians, assist in the disarmament, demobilization and reintegration of combatants, support the organization of elections, protect and promote human rights, and assist in restoring the rule of law.

Estas, por sua vez, possuem uma gestão diferenciada das chamadas operações de construção da paz (*peacebuilding*). A primeira ocorre durante o período que Fisher (2001) denomina fase bélica, ou seja, é a etapa cujas forças divergentes entre as partes estão em seu grau mais intenso. Guéhenno (2008) explica que esta é a etapa responsável por lançar as bases para uma paz sustentável. No que se refere ao segundo modelo de operação, entra em cena o estado de pós-guerra, isto é, quando é necessário um empreendimento elevado para evitar o estado anterior no qual as partes adversárias se encontravam. É a etapa que pretende consolidar as bases para a paz sustentável, abordando causas mais profundas e estruturantes. Esta última fase de uma operação busca devolver ao Estado a capacidade de desenvolver suas funções principais (GUÉHENNO, 2008). E ainda, recompor a infraestrutura física que possa repercutir no desenvolvimento econômico e social do país anfitrião (BRASIL, 2013).

A origem de uma Operação ocorre quando o Conselho de Segurança verifica que as partes adversárias de um país ou região atingem um nível de agressão que colocam em risco a paz e a segurança internacionais. Imediatamente surgirão apelos para que o Conselho de Segurança intervenha entre as partes no objetivo de buscar uma solução para o conflito gerado. Dessa maneira, uma série de negociações ocorrem entre os órgãos da ONU e as partes envolvidas, buscando um acordo para a implementação de uma operação de paz. Em seguida, o departamento específico da ONU, responsável por tratar de tais operações, contata seus países-membros e com potenciais militares, além de países observadores e outros meios, para verificar a disposição de fazer parte da missão (BRASIL, 2013).

O Brasil possui um papel reconhecido no que tange às referidas operações. O país adota um posicionamento favorável à cooperação entre os povos, evitando ao máximo o uso da força. Tal postura induziu-o a uma participação ativa no envio de tropas que buscam restabelecer a ordem e a paz

no espaço designado para a realização da operação de paz. Ademais, tem se demonstrado eficaz aos anseios internacionais na tentativa de solucionar conflitos por meios pacíficos. Aguilar (2012, p. 217) atribui o sucesso brasileiro às operações de paz ao seu polêmico “jeitinho”, pois pareceu demonstrar eficácia com a ida de militares a Angola, Moçambique e Timor Leste. O “jeitinho brasileiro” acabou se tornando uma característica, neste caso positiva, do brasileiro de gerenciar os conflitos. Cabe salientar também que o Brasil só envia suas tropas para uma missão dessa natureza quando há o consentimento entre as partes beligerantes, a aprovação do Conselho de Segurança e sob a autorização do Congresso Nacional Brasileiro (BRASIL, 2013).

4 LÍNGUA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Diante do exposto até o momento, cabe-nos refletir sobre o papel das línguas na construção de sociedades mais inclusivas, justas e pacíficas. Os próximos parágrafos versarão sobre o papel das línguas em operações de manutenção da paz com uma reflexão a respeito de sua importância para mitigar situações de conflito, criando um ambiente favorável para o diálogo e, dessa maneira, estabelecer a paz entre as partes beligerantes.

Para entender o papel das línguas nas intervenções de operações militares, vamos discutir brevemente a respeito da mediação como um elemento importante para o acordo mútuo entre as partes conflitantes.

Durante uma operação de paz, o mediador pode ser tanto um militar, que age diretamente entre dois grupos rivais, quanto um intérprete civil local, que auxilia na tradução e interpretação entre os militares e os grupos. A presença de um intérprete civil está condicionada ao seu domínio linguístico e seu nível de confiança sem a qual põe em risco sua própria vida e a de outros envolvidos em uma negociação de paz. O mediador tem como tarefa esclarecer os pontos mais delicados de um acordo. Segundo Fisher (2001), a mediação

implica a intervenção de um intermediário especialista e imparcial que se esforça ao máximo, mediante o diálogo, para buscar um acordo negociado mutuamente aceitável em relação aos temas centrais da disputa entre os adversários. Ademais, deverá ser capaz de promover a circulação da informação e uma exploração construtiva das tensões com o objetivo de estabelecer um acordo pacífico (CAMPOS, 2009).

A presença de um mediador civil se faz necessária, muitas vezes, porque os militares não dominam as línguas dos civis, o que inviabilizaria o processo de negociação. Na maioria das vezes, os militares são preparados linguisticamente nas línguas de trabalho da ONU, isto é, francês e inglês. Edwards (2001) explica que aprender a língua das comunidades atingidas pela guerra pode demonstrar sensibilidade e interesse pela cultura local, trazendo certo nível de confiança da população em relação à presença dos militares. A mesma autora explica também que nas operações de paz em El Salvador (ONUSAL), além do inglês, o espanhol também se tornou língua de comunicação. Fato semelhante aconteceu em Ruanda com a escolha do francês, inglês e Kinyarwanda. No entanto, afirma a autora, Ruanda e vários outros países, os quais serviram de cenário para operações de combate à guerra, apresentam uma diversidade linguística que não é do conhecimento do contingente em missão de paz. Poucos habitantes locais falam alguma das línguas de trabalho da ONU, o que representa uma grande dificuldade para este tipo de operação. Edwards (2001) esclarece que na MICIVIH, no Haiti, os militares foram instruídos a usar o crioulo como língua de trabalho, justamente por ser a língua majoritária da população local. O mesmo autor defende que todas as missões de manutenção de paz deveriam empenhar-se na aprendizagem do idioma local, caso não seja uma das línguas de trabalho das Nações Unidas.

Segundo Heimburger (2012), existem quatro situações diferentes dentro de um contexto de conflito militar em que as línguas desempenham um papel importante. O primeiro refere-se ao fato de o contingente de algumas forças armadas falarem diferentes línguas maternas. É possível encontrar um cenário multilíngue não só entre as partes adversárias de um conflito, mas também entre os militares que compõem uma determinada operação de paz. Em segundo lugar, as habilidades linguísticas podem ser necessárias contra os inimigos. Em terceiro, as línguas podem ser até mesmo um problema quando as hostilidades ocorrem em um espaço onde uma língua é diferente daquelas faladas pelas tropas. A quarta e última situação diz respeito à superação das lacunas linguísticas entre os parceiros de coalizão – é o caso das missões do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da ONU.

Conforme comentado, é comum que as línguas majoritárias das populações locais sejam minoritárias ou desconhecidas pelos agentes das missões de paz. Tal fato torna a mediação do conflito um exercício que demanda alta responsabilidade, cuja tarefa deverá ser bem planejada e executada a fim de garantir a segurança dos envolvidos no processo de mediação de conflito.

Mencionaremos como exemplo o despreparo linguístico da OTAN durante a Guerra da Bósnia (1992-1995). Segundo Footit e Kelly (2012), durante os três anos da guerra, 40 países membros da OTAN enviaram contingentes para tratar das questões de pacificação. Cada um dos países era responsável pelo ensino de línguas a seus militares, o que acarretou uma resposta diferente aos problemas relacionados às línguas envolvidas no conflito. Segundo as mesmas autoras, uma política linguística dessa magnitude pode levar a abordagens muito divergentes para a comunicação com outras unidades, com a população local, tradução de documentos e até mesmo o uso de intérpretes.

E, como resultado, eles tinham diferentes visões de suas necessidades linguísticas operacionais. Alguns países forneceram diferentes tipos e níveis de preparação linguística para seu pessoal. Outros, ao contrário, não realizaram nenhuma preparação para suas forças, preferindo confiar em civis com as habilidades necessárias, que eram contratados ou alistados. No entanto, todas as forças confiaram em algum grau nas pessoas localmente empregadas para atender algumas de suas exigências linguísticas” (FOOTTIT; KELLY, 2012, p. 92, tradução nossa⁷).

Após o fim da guerra e perceber a complexidade dessa operação, em função de seu despreparo linguístico, a OTAN, em 1997, recomendou que seus membros oferecessem aos seus soldados mais treinamento na língua comum da missão (em inglês) e nas línguas locais.

O fato é que grande parte dos serviços de interpretação na Guerra da Bósnia foram de habitantes locais ou de outras partes da ex-Iugoslávia. Eles eram selecionados pelo seu nível de inglês, haja vista que os militares da OTAN, em sua maioria, encontravam dificuldades em exercer uma função complexa e arriscada em razão do despreparo nas línguas locais. Os civis eram selecionados também para o trabalho linguístico em função da confiança e autoconfiança (FOOTTIT; KELLY, 2012).

Outro fato ocorrido diz respeito à presença da equipe da ONU na República Democrática do Congo. Segundo Souza Santos (s/d), um grupo de representantes da célula de assuntos civis e observadores militares tentaram realizar uma entrevista sobre a tentativa de uma emboscada, em que algumas pessoas foram roubadas e assassinadas. No objetivo de levantar as informações, a equipe da ONU se dirigiu ao grupo mais forte. A referida equipe estava composta por três intérpretes⁸: o líder da ONU falava inglês, enquanto o

⁷ And as a result they had different views of their operational language needs. Some countries provided different types and levels of language preparation for their forces, preferring to rely on civilians with the requisite skills, who were either contracted or enlisted. However, all forces relied to some degree on locally employed staff to meet at least some of their language requirements.

⁸ Souza Junior utiliza o termo Assistentes de Linguagem.

primeiro intérprete se encarregava de traduzir para o árabe; o segundo, do árabe para a língua local; e o terceiro traduzia para a língua falada pelo grupo rebelde. Após uma hora de conversa, o líder da equipe fez a seguinte pergunta: “você são o grupo mais forte dessa área. Com certeza, você podem nos ajudar dizendo quem cometeu o crime”. O mesmo autor segue seu depoimento mencionando que a situação se agravou quando o líder da equipe sentiu o cano frio de uma arma contra sua cabeça. Minutos após a tensa situação, o chefe dos rebeldes começa a rir porque percebeu que houve um erro de interpretação, sendo que a tradução foi feita da seguinte maneira: “eu sei que você cometeram esse crime”⁹.

Conforme o exposto, um erro na comunicação pode desencadear um cenário de violência, pondo em risco a vida de todos os cidadãos envolvidos em uma negociação. Pode reverberar em más decisões e interferir imediatamente na participação, colocando em risco a vida de outros num processo que demanda tomada de decisão (SOUZA JUNIOR, s/d; LEWIS, 2012).

Na história da tradução e interpretação militar mundial, muitos acordos de paz foram selados e conflitos criados através de bons e maus serviços de interpretação prestados, respectivamente. Um erro de interpretação em uma negociação do processo de paz pode gerar grande mal-estar entre as partes envolvidas, e definir a solução ou não do problema em questão” (SOUZA JÚNIOR, s/d, p. 17).

Vale a pena esclarecer que são poucos os membros de um contingente militar com alto desempenho linguístico capaz de realizar tarefas descritas como as anteriormente. Os militares com um nível de proficiência linguística inferior podem usar do pouco que sabem para construir confiança nos relacionamentos e também facilitar tarefas militares mais simples (LEWIS, 2012).

⁹ As falas desse trecho do texto poderão ser encontradas no trabalho de Souza Júnior (S/D).

Outra situação que ajuda a explicar a importância do conhecimento de outras línguas em situação de conflito é a reportagem escrita por um consultor para inteligência e defesa, especialista em Afeganistão.

No dia seguinte, enquanto viajávamos entre duas bases, caímos num congestionamento de trânsito numa ponte, com dezenas de soldados e policiais afegãos espalhados por ali. Nosso coronel, que havia deixado o próprio tradutor na base, desceu de seu Humvee e pediu a Brooklyn para começar a traduzir para ele. Após discutir a questão com as forças afegãs, ela [Brooklyn] explicou que eles haviam encontrado várias bombas embaixo da ponte e estavam esperando a chegada de uma equipe americana de desativação. Eles provavelmente haviam salvado nossas vidas, mas só recebemos essa mensagem porque tínhamos uma intérprete, aquela que o coronel tratara como uma espiã inimiga na noite anterior (FOUST, 2009).

Estes profissionais, muitas vezes cidadãos locais, são encarados como traidores por seus compatriotas, porque estes rechaçam a ideia de seus conterrâneos estarem a serviço dos militares em missão de paz. Há situações que podem levar à morte se o nível de desconfiança se agravar, conforme o ocorrido na Guerra do Iraque¹⁰.

Embora esta última citação foque a importância do intérprete para estabelecer uma mediação pacífica na resolução de um conflito, a questão subjacente é a seu instrumento de atuação. Diante de um cenário multilíngue como o do Afeganistão ou de outros países em situação hostil, o alto conhecimento de uma língua local se torna um recurso de defesa mais eficaz que o uso de armamento, além de contribuir para amenizar as tensões entre grupos adversários.

Outra alternativa que valeria a pena ser considerada durante o processo de construção da paz é através do ensino da língua. Aguilar (2012) comenta que quando o Brasil realizou a operação de paz no Timor Leste, além da presença

¹⁰ Os detalhes sobre as narrativas construídas em relação aos intérpretes e os perigos aos quais estão expostos, ver o trabalho de Mona Becker (2010).

de peritos policiais, militares e eleitorais, professores de português também empreenderam um trabalho de cooperação voltado ao ensino da língua portuguesa. O mesmo autor apresenta ações empreendidas pela tropa brasileira, e também por algumas de nossas universidades, que viram na língua um recurso para evitar conflitos e conquistar a admiração da população local. É o exemplo de um projeto empreendido pela linguista Helena Pires de Brito, da USP, que esteve no Timor Leste, em 2001, para avaliar o uso da língua portuguesa naquele país que passava por um processo de independência. O projeto, então, deu continuidade com a intenção da população timorense de se comunicar em português por meio de práticas de dança popular e cultura brasileira¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, objetivamos justificar o papel das línguas para a mediação de conflito e a tentativa de construção da paz social e de justiça. Tentou-se, aprioristicamente, entender o conceito de paz, muito embora a literatura reconheça a dificuldade em defini-la, haja vista que sua concepção parece estar condicionada ao *modus operandi* da política internacional.

Contudo, defendemos, com base nos estudos de Galtung (1967, 1996), que a guerra não é a única versão antagônica para a paz. Encontramos, na definição de paz positiva, uma forma de entender os processos subjacentes que garantem os direitos básicos das populações, como educação, saúde, igualdade de gênero, erradicação da pobreza, entre outros. Não seria um exagero afirmar, de antemão, que a paz e a justiça internacionais são condições *sine qua non* para

¹¹ Convém esclarecer que ao trabalhar o ensino de uma língua ou cultura de um país responsável por uma missão de paz não se admite qualquer manifestação de rechaço à diversidade linguística dos povos marcados pelo flagelo da guerra. No caso do Brasil, não defendemos a imposição do português a fim de torná-lo língua hegemônica, mas um recurso que possa contribuir para amenizar as dores da violência e tentar construir um cenário mais pacífico.

o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. A reboque dos objetivos das Nações Unidas, como já apresentado em trabalhos anteriores, encontram-se as línguas que:

[...] devem ser consideradas como um fator operacional essencial para alcançar os ODS postos em educação, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, meio ambiente, crescimento econômico e modelos sustentáveis para produção, consumo e construção de sociedades pacíficas e inclusivas” (UNESCO, 2017, p. 4, tradução nossa)¹².

A ONU, por sua vez, comprometida com a paz e a segurança universais, busca impô-las cooperativamente, além de reconstruir áreas devastadas pela guerra ou catástrofes, a fim de devolver a dignidade e a esperança aos povos destruídos pela violação de seus direitos mais básicos.

À guisa de conclusão, encontramos nas línguas um vital aliado para as operações de construção da paz, haja vista que a mediação entre as partes beligerantes precisa ser encarada como um dos pontos-chave na busca por sociedades pacíficas. Mediar conflitos implica um diálogo que possa satisfazer ambas as partes, que, por sua vez, reflete em um conhecimento linguístico eficaz materializado pelo intérprete. As línguas precisam ser encaradas como um fator essencial para a construção da paz, a fim de evitar maiores tensões entre grupos coercitivos, e da garantia da segurança entre todos os envolvidos em situação de conflito. O despreparo linguístico pode acarretar tensões entre as forças militares e demais atingidos, pondo em risco a segurança nacional. É preciso deixar claro que o diálogo é a ferramenta mais eficaz na busca por uma solução pacífica.

¹² multilingualism must be considered as an essential operational factor in achieving the posed SDGs in education, urban development, food security, environment, economic growth and sustainable models for production, consumption and building peaceful and inclusive societies.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio. Uma cultura brasileira de missões de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (orgs.). *Diplomacia brasileira para a Paz*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 215-241.

ARTEAGA, Isabel Hernández; HERNANDEZ, José Alberto Luna; CHALA, Marta Cecilia. Cultura de paz: una construcción desde la educación. *Rev. Hist. Edu. Latinoamericana*, v. 19, n. 28, p. 149 – 172, 2017.

BECKER, Mona. Interpreters and translators in the War Zone: narrated and narrators. *The Translator*, v. 16, n. 2, p. 197-222, 2010.

BIGATÃO, Juliana de Paula. Manutenção da paz e resolução de conflitos armados intraestatais na década de 1990: a atuação das Nações Unidas. In: MEI, Eduardo; SAINP-PIERRE, Héctor Luis. *Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações*. São Paulo: UNESP, p. 155-187, 2013.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOUTROS-GKALI, Boutros. Un programa de paz. *FASOC*, v. VIII, n. 1, 1992.

BRASIL. *Manual de Operações de Paz*. Ministério da Defesa. 3. ed., 2013.

CAMPOS, Luís Melo. *Mediação de conflitos: enquadramentos institucionais e posturas epistemológicas*. Coimbra: Mediarcom/Minerva, 2009.

EDWARDS, Victoria. The role of communication in peace and relief mission negotiation. *Translation Journal*, v. 6, n. 2. s/p, 2002. Disponível em: [<http://translationjournal.net/journal/20interpr.htm#4>]. Acesso em: 10 set. 2022.

FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael. *Languages at War: policies and practices of languages contact in conflict*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael. *Languages and the Military: alliances, occupation and peace building*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

FOUST, Joshua. A dura vida do intérprete. *Estadão*. São Paulo, 27 set. 2009. Aliás. Disponível em: [<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-dura-vida-do-interprete,441713>]. Acesso em: 02 out. 2017.

FRANCO, MARINA. Novo secretário-geral da ONU pede em sua 1ª mensagem que paz seja prioridade. *G1*, Rio de Janeiro, 01 jan. de 2017. Disponível em: [<https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-sua-primeira-mensagem-novo-secretario-geral-da-onu-pede-que-paz-seja-prioridade.ghtml>]. Acesso em: 05 jan. 2018.

GALTUNG, Johan. *Theories of peace: a synthetic approach to peace thinking*. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

GALTUNG, Johan. *Peace by peaceful means*. London: Sage, 1996.

GALTUNG, Johan. *An interview with Johan Galtung*. [Entrevista concedida] a Ben Baruch. *Peace Insight*, s/p, mar. 2012. Disponível em: [[https://www.peaceinsight.org/en/articles/interview-johangaltung/?location=sudan&the me=peace-education](https://www.peaceinsight.org/en/articles/interview-johangaltung/?location=sudan&the%20me=peace-education)]. Acesso em: 15 set. 2022.

GUÉHENNO, Jean-Marie. *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. Nova York: United Nations, 2008.

HEIMBUERGER, Franziska. Fighting together: language issues in the military coordination of First World War allied coalition warfare. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael. *Languages at War: policies and practices of languages contact in conflict*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 47-57.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

LEWIS, Lieutenant Colonel Justin. Languages at war: a UK Ministry of defense perspective. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael. *Languages at War: policies and practices of languages contact in conflict*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 58-69.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de Oliveira. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política lingüística*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Sustainable development goals*. Disponível em: [<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>] Acesso: em 15 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe Brahimi Informe del Grupo sobre las Operaciones de Paz de la Naciones Unidas*. Conferencias, reuniones y eventos. Disponível em: http://www.un.org/es/events/pastevents/brahimi_report/executive_summ.shtml. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA JUNIOR, Israel Alves de. O uso de assistente de linguagem em missões de paz da ONU – benefícios e riscos. In: *CCOPAB e operações de paz: Visões, reflexões e lições aprendidas*. CCOPAB, 2015, p. 137-163 Disponível em: [[http://biblioteca.f59.com.br/documentos/CCOPAB%20e%20Operacoes%20de%20Paz%20\(PORTUGUES\).pdf](http://biblioteca.f59.com.br/documentos/CCOPAB%20e%20Operacoes%20de%20Paz%20(PORTUGUES).pdf)]. Acesso em: 25 set. 2022.

UNESCO. *Ugra Declarations on preserving languages and promoting linguistic diversity in cyberspace for inclusive sustainable development*. Khanty Mansyisky, 2017. Disponível em: [http://www.ifapcom.ru/files/2017/Ugra_declaration_eng.pdf]. Acesso em: 22 set. 2022.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 01 de outubro de 2022.

Aprovado em sistema duplo cego em: 17 de abril de 2023.